

5º Encontro BAD ao Sul

Redondo

30 setembro

2022

>>> *Arquivos, Bibliotecas e Museus do Sul:
o lugar na comunidade - que serviços e projetos?*



SHORT PAPER

O que posso encontrar nos arquivos municipais do Alentejo? Os instrumentos de descrição documental da região Alentejo

Sandra Patrício^a

*^a Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Clássicos
NOVA FCSH, História, Território e Comunidades
Responsável pelo Arquivo Municipal de Sines
ssilva@letras.ulisboa.pt
<http://orcid.org/0000-0002-4613-1036>*

Resumo

A produção de descrições de documentos de arquivo, os famosos Instrumentos de Descrição Documental (IDD), é a forma basilar de comunicação da informação aos seus utilizadores que um arquivo custodia. Este pequeno estudo de caso pretende fazer o levantamento desses instrumentos entre os arquivos municipais do Alentejo, com os objectivos de identificar, neste momento, os arquivos municipais em funcionamento e se é possível a um utilizador conhecer a informação arquivística disponível e as condições da sua consulta, a partir do que se encontra disponível em linha.

A região do Alentejo comporta 47 concelhos, repartidos por quatro distritos. A metodologia consiste na análise dos sítios electrónicos dos municípios do Alentejo Litoral (quatro) e dos distritos de Beja (catorze), Évora (catorze) e Portalegre (quinze) para identificar aqueles que têm serviços de arquivo abertos ao público, com sítio ou página electrónica, procurando comparar a realidade actual com o *Recenseamento dos Arquivos Locais* de 1995-2000. O passo seguinte será identificar e caracterizar os instrumentos de descrição documental disponíveis em linha. Em simultâneo, sempre que existam redes de arquivos, verifica-se a participação do arquivo municipal em guias ou catálogos colectivos.

Palavras-chave: Arquivo Municipal, Instrumento de Descrição Documental. Alentejo

Conteúdo da apresentação

1- Arquivos municipais em linha

O âmbito de estudo incluiu 47 municípios do Alentejo, todos com sítio electrónico. No entanto, os arquivos municipais apenas são identificados em 30 sítios, em separador próprio ou integrados noutros serviços. Porém, uma parte desses separadores identificados com a designação «arquivo municipal» não está funcional. É o que acontece com cinco arquivos do distrito de Évora, cujo separador indica que estão «em manutenção»: Alandroal, Mora, Portel e Viana do Alentejo. No caso de Arraiolos, que se considerou estar em linha, apesar de o separador apresentado informar que «está em manutenção», ao consultar o separador da rede de bibliotecas municipais, constata-se que nela se inclui o arquivo histórico. Existem ainda outros casos de arquivos históricos inseridos em bibliotecas e museus, mas referidos em linha são 30, isto é, 64% do total.

A área geográfica mais representada é o Alentejo Litoral, cujos municípios pertencem ao distrito de Setúbal (Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines) e estão todos em linha, seguido do distrito de Beja, com 72%. O distrito de Évora apresenta 64% dos arquivos municipais em linha, enquanto o distrito de Portalegre, com apenas sete arquivos municipais referidos nos sítios municipais, é aquele menos representado (47%). No total do Alentejo, mais de metade estão identificados nos sítios autárquicos 64% dos 47 municípios).

Tal não significa, como bem notou Fernanda Ribeiro em 2003, que os municípios não tenham arquivo. Com certeza que todos dispõem de informação arquivística produzida no decorrer da sua missão e actividades, mas que não é entendida como correspondente a um arquivo. Por vezes é entendida como expediente geral, no caso da documentação em papel, ou como área da modernização administrativa, nos casos de formatos híbridos mais recentes. Investigações futuras poderão verificar, especialmente entre os municípios sem arquivo, qual é a área orgânica em que a informação arquivística é produzida e gerida e a que serviço corresponde.

Em 2003, um arquivo histórico, o objecto do inquérito feito pela autora aos municípios do continente português, correspondia à informação considerada definitiva, com mais de cinquenta anos (Ribeiro, 2003:550). No entanto, passados dezanove anos entre a publicação daquela obra de referência e os dias de hoje, a sua apreciação mantém-se actual: «É evidente que, em princípio, todos os municípios possuem arquivo, mas a conservação do mesmo, em muitos casos, é feita em tais condições que não permitem, nem à própria entidade produtora, aplicar o termo ‘arquivo’ para designar o amontoado de ‘livros e papéis’ que foram acumulando» (idem, ibidem).

Ao comparar as datas apuradas por Ribeiro (2003: 551-554) com a informação hoje disponível em linha, verificamos algumas discrepâncias. Alguns arquivos, como Alcácer do Sal e Sines, já funcionavam na década de 80 do século XX, mas a data indicada em linha é a da mudança para um novo edifício; outros, como

Grândola, informam hoje que a documentação estava tratada e disponível na biblioteca, ou já no arquivo histórico, como aliás Montemor-O-Novo, mas responderam de forma negativa a Fernanda Ribeiro; finalmente, no caso de Avis, a Câmara Municipal respondeu à investigadora que o serviço estava em funcionamento, embora se desconheça a data da abertura, o que hoje, porém, não acontece.

Concelho	Data da abertura ao público (Ribeiro, 2003)	Em funcionamento (Ribeiro, 2003)	Abertura ou mudança para novo edifício, 2022, informação em linha
Alcácer do Sal	1986	Sim	2003
Grândola	0	Não	1987
Santiago do Cacém	0	Não	1999
Sines	1985	Sim	2006
Aljustrel	1986	Sim	0
Ferreira do Alentejo	0	Não	2009
Mértola	0	Não	2001
Serpa	1982	Sim	0
Vidigueira	0	Não	2005
Estremoz	0	Não	2007
Montemor o Novo	1983	Não respondeu	0
Redondo	0	Não	2006
Reguengos de Monsaraz	0	Não respondeu	2007
Vila Viçosa	1980	Sim	0
Avis	0	Sim	0
Elvas	0	Sim	2006
Marvão	0	Não respondeu	2002
Ponte de Sor	0	Não respondeu	2013

Tabela 1: Comparação entre 2003 e 2022

2- Os arquivos do Alentejo no Recenseamento dos Arquivos Locais de 1995-2000

Nos anos 70 do século XX surgem os primeiros instrumentos de descrição de vários arquivos históricos pelo país. Banha de Andrade apresentou um «Roteiro provisório do Arquivo Histórico da Câmara de Montemor-o-Novo» em 1975, que elaborou durante os meses de consulta, pelo que já se encontrava aberto a

investigadores (Andrade, 1975: 150;179-184). O arquivo desta vila abriu ao público em 1983ⁱ.

O mesmo se poderá aferir em relação a outros conjuntos documentais do Alentejo referidos por Banha de Andrade: Elvas, com um «Arquivo organizado» na Biblioteca e documentos existentes no «Arquivo da Câmara» (Idem, *ibidem*: 164-165); Estremoz, «incorporado, em parte, no Arquivo Distrital de Évora, desde 1949». O mesmo se verificou com o arquivo histórico municipal de Évora, transferido em 1917 para a Biblioteca Pública de Évora e hoje no Arquivo Distrital da mesma cidadeⁱⁱ.

Em 1976 foi publicado o primeiro e único volume do Roteiro dos Arquivos Municipais Portugueses, por Eurico Gama, António Brásio e Eugénio da Cunha Freitas, no qual se incluiu o arquivo de Elvas (*idem, ibidem*), embora à data do inquérito feito por Fernanda Ribeiro o mesmo não tenha respondido, desconhecendo-se assim a data da sua abertura ao público (Ribeiro, 2003: 552). Estes primeiros instrumentos de descrição foram elaborados e publicados por historiadores, de forma a possibilitar os seus trabalhos de investigação.

Entre 1995 e 2000 foram publicados dezasseis volumes do Recenseamento dos Arquivos Locais: Câmaras Municipais e Misericórdias. Incluíram os fundos câmara municipal, administração do concelho, juntas das paróquias e misericórdias, entre outros fundos locais não administrativos. No âmbito do nosso estudo, apenas se consideram a Câmara Municipal e a Administração do Concelho.

A grande exceção foi o distrito de Beja, não incluídoⁱⁱⁱ no instrumento. Este recenseamento, publicado pelos então Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, regista a existência de fundos documentais, assim como um primeiro instrumento de descrição. Para cada concelho apresentam-se os seguintes campos de informação: designação, âmbito cronológico, fundos existentes, existência de instrumentos de descrição, morada, contactos e horário, nome do responsável, instrumentos de descrição existentes. No que respeita à descrição, é apresentada a história administrativa, os fundos relacionados, a dimensão e suporte, as datas extremas, a bibliografia e o quadro de classificação. Este último tem a estrutura do instrumento proposto por José Mariz (1992).

O Arquivo Distrital de Évora disponibiliza a digitalização do recenseamento de 2000. Para a instituição, é considerado um arquivo municipal aquele que dispõe de «instalações, recursos humanos qualificados, instrumentos de descrição documental e sistemas eletrónicos de pesquisa e consulta de documentos^{iv}». Cinco dos arquivos (Alandroal, Borba, Mora, Portel e Vendas Novas) não se encontram em funcionamento, o que representa 36% dos arquivos do distrito. O arquivo de Viana do Alentejo está integrado na Biblioteca Municipal e nesse serviço é consultável desde 2005^v. Assim, é possível encontrar, para todos os arquivos municipais, quer estejam abertos ao público ou não, os seguintes campos de informação: concelho, designação, acervo arquivístico, instrumentos de pesquisa, serviços, regulamento, endereço e horário.

No caso dos arquivos que não estão em funcionamento, a informação dada no sítio eletrónico do Arquivo Distrital em relação aos campos «serviços», «regulamento» e «horário» é «não disponível». É fornecido, no entanto, o endereço da Câmara Municipal produtora e custodiante.

A comparação entre o ano 2000, data da publicação do Recenseamento, e o ano presente, em relação aos municípios do distrito de Évora, é positiva. De facto, em vinte e dois anos, o número de catorze arquivos recenseados e acessíveis aumentou do número inicial de quatro (29%) para nove (64% dos catorze arquivos). A exceção é o arquivo municipal de Portel, em 2022 não acessível, mas com um arquivo histórico funcional em 2000^{vi}.

Finalmente, o Arquivo Distrital de Évora reúne, numa só página, as descrições de dez fundos de câmaras municipais e administrações do concelho que custodia^{vii}. Estes fundos foram incorporados no âmbito das incorporações obrigatórias de tribunais e de conservatórias (anexo 2). A excepção é o fundo da Câmara Municipal de Évora, correspondente ao seu arquivo entre 1301 e 1970^{viii}. A primeira transferência realizou-se em 1917, ao abrigo do disposto no Decreto n.º 2859 de 29 de Novembro de 1916, o qual instituiu o Arquivo Distrital de Évora como anexo à Biblioteca Pública de Évora, e a última em 1982. De acordo com o Arquivo Distrital de Évora, a «documentação está depositada com reserva de posse^{ix}». Desta forma, no distrito de Évora apenas três arquivos municipais não abertos ao público apenas contam com a informação existente no Recenseamento publicado em 2000: Alandroal, Mora e Vendas Novas.

No outro distrito problemático, em que apenas existem 47% de arquivos municipais em funcionamento, a situação é também original e a sua acessibilidade também está relacionada com o arquivo distrital – Portalegre.

Neste distrito estão hoje identificados em linha, nos sítios autárquicos, 47% dos arquivos municipais. No entanto, quando verificamos a acessibilidade dos seus arquivos históricos, custodiados pelo Arquivo Distrital de Portalegre, o panorama é mais positivo, pois o número de arquivos da administração local acessíveis sobe para 10. Quando somamos os arquivos municipais acessíveis de Campo Maior, Elvas, Nisa, Ponte de Sor e Sousel, o número ascende a 15, portanto, o total dos fundos da administração local do distrito.

No entanto, os documentos transferidos para os arquivos distritais produzidos por câmaras municipais e administrações do concelho parecem ser apenas uma pequena parte do que foi efectivamente produzido. A sua presença nos arquivos distritais decorre das regras de incorporação de documentos nos arquivos distritais de acordo primeiro com o Decreto-Lei n.º 149/83 de 5 de Abril (Regime Jurídico dos Arquivos Distritais das Bibliotecas, e hoje com o Decreto-Lei n.º 47/2004 de 3 de Março, que define o regime geral de incorporações nos arquivos públicos. São incorporações obrigatórias nos arquivos distritais a documentação das conservatórias do registo civil e dos registos do notariado, dos tribunais e os livros de registo paroquiais (Decreto-Lei n.º 149/82, artigo 3.º), disposição não revogada pelo Decreto-Lei n.º 47/2004 (artigo 4.º).

Desta forma, os documentos transferidos fazem parte de sistema de informação fechados. Os sistemas de informação locais sofreram alterações substanciais decorrentes da transferência das funções judiciais dos municípios para a administração central desconcentrada, no contexto liberal. O juiz de fora e o juiz ordinário partilhavam funções administrativas e judiciais, assim como a almotaçaria (Patrício, 2021: 218). Do ponto de vista institucional, esta mudança significou a transição de funções para instituições novas ou já existentes. Os arquivos transitaram também, essenciais para a continuação da execução da função. Veja-se o caso de Sines, no qual o arquivo do juiz ordinário foi integrado no Cartório Notarial de Sines e o arquivo do juiz de fora integrou o Juízo Ordinário do Julgado de Santiago do Cacém. Ambos os arquivos foram incorporados no Arquivo Distrital de Setúbal, em 1979 (Patrício, 2021:218-219).

É o caso dos arquivos das administrações do concelho do distrito de Portalegre, incorporados em 1995, 2011, 2012 e 2013, provenientes das conservatórias do registo civil e da Polícia de Segurança Pública de Portalegre (ver anexo 1). O âmbito cronológico dos fundos corresponde a um intervalo entre 1604 e 1956, no que respeita aos arquivos da Administração do Concelho; de 1655 a 1906, no que concerne aos fundos da Câmara Municipal. Daqui se deduz que são documentos comprovativos de funções judiciais das Câmaras Municipais extintas no início do Liberalismo e que transitaram para entidades da administração central desconcentrada, ou documentos financeiros referentes à auditoria das contas municipais. No caso das administrações do concelho, talvez tenha sido o momento

da sua extinção e transferência das suas funções, na década de 40 do século XX, que motivou a integração nas conservatórias e na Polícia de Segurança Pública. Estão, portanto, em falta os documentos das funções municipais e da administração local que se mantiveram nas câmaras municipais.

Continuemos a acompanhar o caso do município de Portalegre. O arquivo da Administração do Concelho encontra-se integralmente no Arquivo Distrital, mercê das incorporações obrigatórias em 1995 e 2012. No entanto, a descrição do fundo identifica como unidades de descrição relacionadas os arquivos da Câmara Municipal de Portalegre e da Administração do Concelho existentes no «Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Portalegre». A incorporação no Arquivo Distrital deu-se em 1937, de documentos já considerados históricos, produzidos entre 1677 e 1851. Como consequência, a documentação existente ainda no Município terá de ser posterior a 1851: existem massas documentais acumuladas, assim como documentação intermédia e documentação corrente cuja gestão e disponibilização ao público não foi ainda assumida pelo Município enquanto função arquivística^x.

O mesmo poderá dizer-se de outros casos no mesmo distrito que não identificam ainda o serviço de arquivo municipal. A informação sobre unidades de descrição relacionadas ainda custodiadas pelos produtores foi retirada a partir da informação reunida no Volume 4 do Recenseamento dos Arquivos Locais relativo ao distrito de Portalegre e publicado em 1996. Este instrumento é fundamental, dado que dos 15 instrumentos de descrição então publicados, correspondentes aos quadros de classificação, ainda são os únicos existentes para 12 dos arquivos, já que não há outras informações em linha.

A evolução dos arquivos municipais do distrito de Portalegre no que respeita à acessibilidade dos seus fundos teve, de acordo com a informação disponível em linha nos sítios municipais e em comparação com o Recenseamento de 1996, um franco decréscimo. Enquanto os 15 arquivos estavam acessíveis em 1996, dado que existia um instrumento de descrição disponível e um espaço físico no qual poderiam ser consultados, o número diminuiu para sete em 2022. Assim, dois fundos estão acessíveis em bibliotecas, três em arquivos municipais, um no arquivo histórico (designação inexistente em 1996) e outro, o de Monforte, no Serviço de História e Arquivo.

A integração nas bibliotecas municipais, quando não existia espaço físico nem recursos humanos, garantiu a acessibilidade de seis arquivos em 1996. A «sala própria» foi uma antecessora do arquivo histórico, mas, curiosamente o único arquivo aberto ao público com essa designação em 2022, o de Ponte Sor, encontrava-se no Arquivo Geral em 1996. A menção ao Arquivo Geral, que, do ponto de vista do Recenseamento, era sinal de que não existia um serviço de arquivo autonomizado, permite-nos fazer duas observações. Por um lado, a integridade do arquivo junto do produtor foi mantida, mesmo que a sua acessibilidade apenas fosse válida para o arquivo considerado histórico; por outro, esse mesmo arquivo estava ainda fora da acessibilidade total aos investigadores, por ainda carecer de autorização administrativa para a consulta.

O exame do *Recenseamento* permite concluir ainda que alguns municípios custodiavam vários fundos de administrações locais extintas, nomeadamente de câmaras municipais extintas no século XIX, mas também de outras instituições, quer os celeiros comuns e colectividades, quer arquivos religiosos de paróquias e confrarias, como o caso de Elvas (ANTT, 1996). O Recenseamento incluía também os arquivos das misericórdias por todo o país, custodiados ou não pelas câmaras municipais.

O distrito de Beja é também uma área particular. Não houve publicação do *Recenseamento dos Arquivos Locais*, pelo que a informação disponível em linha é a

constante nos sítios municipais e no Arquivo Distrital de Beja. Vejamos por ora a informação disponível no Arquivo Distrital de Beja, referente a onze fundos documentais, entre câmaras municipais (tanto as activas como as extintas) como as administrações do concelho extintas (anexo 2).

As incorporações decorrem da obrigatoriedade legal, nomeadamente aquelas provenientes da Direcção de Finanças de Beja, Tribunal Judicial de Ourique, conservatórias do registo civil e predial e do Governo Civil de Beja. É interessante notar nestas incorporações a história administrativa do Baixo Alentejo: por exemplo, o fundo da Administração do Concelho de Alvalade, constituído por um livro referente ao inventário dos bens da Santa Casa da Misericórdia de Alvalade^{xi}. Hoje o concelho de Alvalade encontra-se integrado no de Santiago do Cacém, e o Governo Civil de Beja, a entidade de proveniência, já foi extinta também.

A grande excepção é o fundo da Câmara Municipal de Beja. O arquivo definitivo desta instituição, entre 1506 e 1930, num total de 566 livros, encontra-se em regime de depósito no Arquivo Distrital^{xii}. Neste momento, de acordo com o sítio da autarquia, está em funcionamento o Arquivo Intermédio, que contém também o arquivo fotográfico.

Apenas os arquivos municipais do Alentejo Litoral no Distrito de Setúbal, cuja informação estava disponível no *Recenseamento dos Arquivos Locais*, publicado em 2000, se mantêm em funcionamento e disponibilizam todos, pelo menos, um instrumento de descrição. A excepção é Alcácer do Sal, sem arquivo definitivo em 2000, em virtude do incêndio sofrido em 1964 e que destruiu a quase totalidade da informação produzida pelo município, mas que, desde 2003, dispõe de um edifício próprio para a informação entretanto produzida e/ou recolhida (Rocha, 2018) e disponibiliza informação ao nível de guia. Também o Arquivo Distrital de Setúbal apenas custodia uma unidade de instalação de uma câmara municipal do Alentejo Litoral. Respeita à Câmara Municipal de Grândola, e é um livro de registo de movimento de presos à ordem da autoridade administrativa (1945-1951)^{xiii}. É possivelmente o resultado da incorporação proveniente do Governo Civil, embora essa informação não esteja disponível.

3- Arquivos e acessibilidade no Alentejo- a existência de instrumentos de descrição

O quadro de 30 arquivos identificados corresponde à existência de condições de acessibilidade da informação, isto é, a «disponibilidade de qualquer suporte informativo para consulta, em resultado quer de uma autorização legal para o efeito, quer da existência de instrumentos de acesso adequados» (Ribeiro, 2003: 47), mas não necessariamente da existência de um serviço autónomo e com mapa de pessoal próprio.

Quando verificamos quantos dos arquivos municipais disponibilizam instrumentos de descrição que permitem de facto ao utilizador conhecer a informação disponível e qual é o seu interesse para os seus objectivos, teremos uma realidade menos risonha. Um instrumento de descrição é uma «ferramenta que descreve e/ou referencia os documentos de arquivo, quantifica as respectivas unidades de instalação, com vista ao controlo administrativo ou intelectual dos documentos de arquivo, podendo ser elaborado pelo produtor da documentação ou por entidade detentora ou serviço de arquivo» (DGA, 2007: 107). Neste caso em concreto os instrumentos foram produzidos pela entidade detentora ou o serviço com as funções de arquivo, seja arquivo, biblioteca ou museu.

As *Orientações para a Preparação e Apresentação de Instrumentos de Descrição* (CIA, s.d.), identificam vários tipos de instrumentos de descrição de acordo com os níveis de descrição. O primeiro, de tipo A, corresponde ao fundo e/ou subfundo. Corresponde, portanto, aos guias, os instrumentos mais abrangentes e

compreensivos em relação aos fundos custodiados por um arquivo, contendo informação sumária sobre produtores e documentos de arquivo, bem como informação geral sobre os serviços prestados pelas entidades detentoras. No caso de reunir a informação de várias entidades detentoras, é um guia colectivo que descreve os fundos custodiados por cada uma das entidades. A este respeito, o *Guia dos Arquivos do Distrito de Évora* é exemplar e único (Rede de Arquivos do Alentejo, 2018).

Os instrumentos de descrição de tipo B englobam todos os níveis de descrição até ao processo, segundo o mesmo documento. As Orientações Para a Descrição Arquivística (DGA, 2007:107) caracterizam o inventário, na tradição arquivística portuguesa, como a ferramenta que «descreve um fundo até ao nível da série, referindo e enumerando as respectivas unidades de instalação, apresentado o quadro de classificação que presidiu à sua organização».

Os instrumentos de tipo C incluem dois tipos de instrumentos: aqueles que descrevem todos os níveis de descrição, desde o fundo ao documento simples (tipo C1); aqueles em que um documento é descrito «isoladamente, sem o contexto hierárquico a que pertence» (tipo C2). Neste tipo de instrumentos incluem-se os roteiros ou índices topográficos previstos em 1933 para arquivos e bibliotecas (Patrício, 2011), instrumentos já não referidos nas *Orientações Para a Descrição Arquivística* (idem, ibidem). O instrumento mais próximo, embora a um nível arquivístico diferente, é a Lista de Unidades de Instalação. Já o índice reúne os descritores dos documentos (idem, ibidem). O mesmo documento orientador prevê a elaboração de catálogos, «que descreve[m], até ao nível do documento, a totalidade ou parte de um fundo ou de uma colecção», que podemos incluir no tipo C1.

A elaboração e disponibilização instrumentos de descrição faz parte de uma política de descrição que pressupõe a existência de recursos humanos, instalações materiais e maturidade da entidade custodiante. Exige a definição dos níveis de descrição, exaustividade, relação entre os níveis de descrição e os instrumentos a produzir, nível de detalhe do preenchimento. A sua existência é, portanto, um sinal da capacidade de os serviços serem capazes de criar representações das unidades de descrição. É também uma forma de acesso, pois permite «que o utilizador identifique a documentação pertinente para a resposta às questões que coloca» (idem, 107-108).

No caso dos arquivos municipais do Alentejo, neste trabalho procurou-se identificar quais os instrumentos disponibilizados em linha e qual a sua designação. Não foi possível, contudo, nesta fase da investigação, verificar, junto de cada instrumento, se de facto preenche os critérios enunciados pelas Orientações Para a Descrição Arquivística (DGA, 2007:107).

Área	N.º arquivos com IDD
Alentejo Litoral	4
Distrito de Beja	8
Distrito de Évora	9
Distrito de Portalegre	3

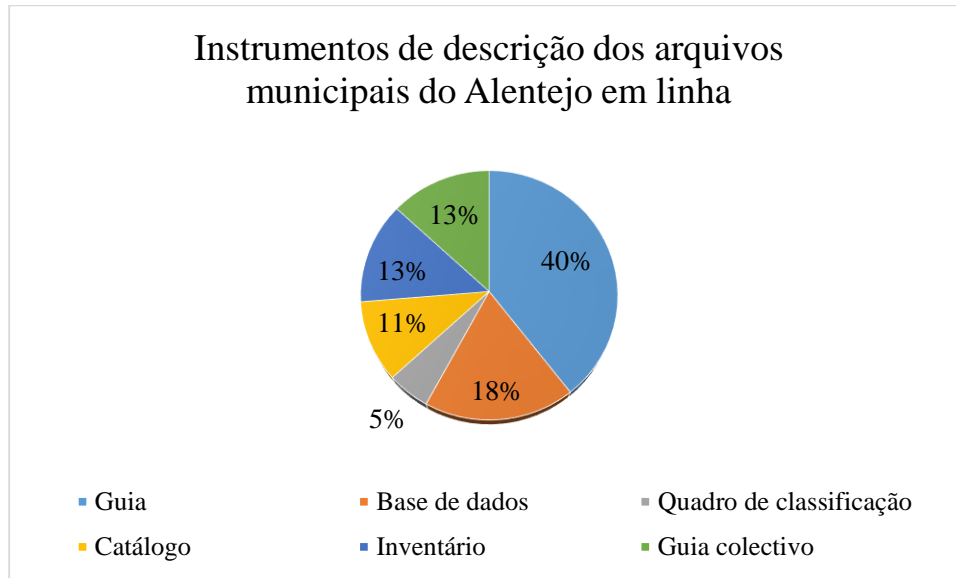
O que posso encontrar nos arquivos municipais do Alentejo? Os instrumentos de descrição documental da região Alentejo

Total	24
-------	----

Tabela 2- Arquivos com instrumentos de descrição

De acordo com o quadro acima, conclui-se que 51% dos arquivos municipais alentejanos disponibilizam um instrumento de descrição por si produzido (24 concelhos em 47). Entre os trinta arquivos em linha, 24 apresentam pelo menos um instrumento de descrição, portanto, 80% do total. Quanto aos instrumentos de descrição disponível, dado que há arquivos que disponibilizam mais do que um, o número acresce para 38, como podemos observar na tabela abaixo.

	Guia	Base de dados	Quadro de classificação	Catálogo	Inventário	Guia colectivo	Totais
Alentejo Litoral	3	1	1	0	1	0	6
Distrito de Beja	3	3	1	0	1	0	8
Distrito de Évora	8	3	0	2	2	5	20
Distrito de Portalegre	1		0	2	1	0	4
Total	15	7	2	4	5	5	38

Tabela 3- Instrumentos de descrição produzidos pelos arquivos do Alentejo**Gráfico 1-** Instrumentos de descrição dos arquivos municipais do Alentejo em linha

Vejam os quais são as tipologias de instrumentos de descrição representadas. A mais comum é o guia, elaborado por 40% dos arquivos, sendo que também cinco arquivos municipais do distrito de Évora participam de um guia colectivo (RAA-DE, 2018). Neste momento, aguarda-se a publicação do “Guia de Arquivos da NUT Alentejo”, que inclui, além dos arquivos alentejanos, os arquivos do distrito de Santarém incluídos naquela circunscrição^{xiv}.

Seguem-se as bases de dados disponibilizadas em linha, as quais seguem o modelo de descrição multinível de acordo com a ISAD (G), quer aquelas que utilizam software proprietário quer o software livre, nomeadamente o Access To Memory (Évora e Reguengos de Monsaraz). As bases de dados representam 18% dos instrumentos de descrição disponíveis. Seguem-se aos inventários, que constituem 13% do total, a par dos guias colectivos.

Os quadros de classificação são apresentados somente em dois arquivos (5%), os de Santiago do Cacém e Serpa, e são considerados parte integrante dos inventários (DGA, 2007: 107). Um quadro de classificação «é o documento de arquivo que regista o esquema de organização de um acervo documental, estabelecido de acordo com os princípios da proveniência e do respeito pela ordem original, para efeitos de descrição e/ou instalação» (idem:107-108). Aplicam-

se a arquivos definitivos.

Esta foi a forma consagrada de instrumento de descrição para arquivos municipais desde a sua apresentação por José Mariz em 1992 (Mariz, 1992), mas testado pelo autor em Serpa, em 1982, como parte do catálogo (Mariz, 1982); inspirando um semelhante em Sines, em 1985 (Baptista). Da mesma forma, é o esquema de classificação adoptado pelos arquivos distritais na descrição de fundos da administração local.

Existem ainda arquivos com mais de um instrumento de descrição disponível, conforme se observa na tabela abaixo:

Concelho	Distrito	Guia	Quadro de classificação	Inventário	Guia colectivo	Base de dados	Total
Santiago do Cacém	Setúbal	1	1	0	0	0	2
Sines	Setúbal	1	0	1	0	0	2
Aljustrel	Beja	1	0	1		0	2
Estremoz	Évora	1	0	0	1	0	2
Évora	Évora	0	0	0	1	1	2
Montemor-O-Novo	Évora	0	0	0	1	1	2
Redondo	Évora	1	0	0	1	0	2
Reguengos de Monsaraz	Évora	1	0	0	1	1	3
Vila Viçosa	Évora	1	0	1	0	0	2
Total		7	1	3	5	3	19

Tabela 4- Arquivos que disponibilizam mais do que um instrumento de descrição

Daqui se conclui que são os arquivos dos distritos de Évora e Setúbal aqueles, que em números absolutos, disponibilizam mais instrumentos de descrição, cada um disponibilizando dois instrumentos. A excepção é o município de Reguengos de Monsaraz, que apresenta três instrumentos: guia, guia colectivo e base de dados. Apesar disso, entre os 30 arquivos que se encontram em linha, representam somente 30% do total.

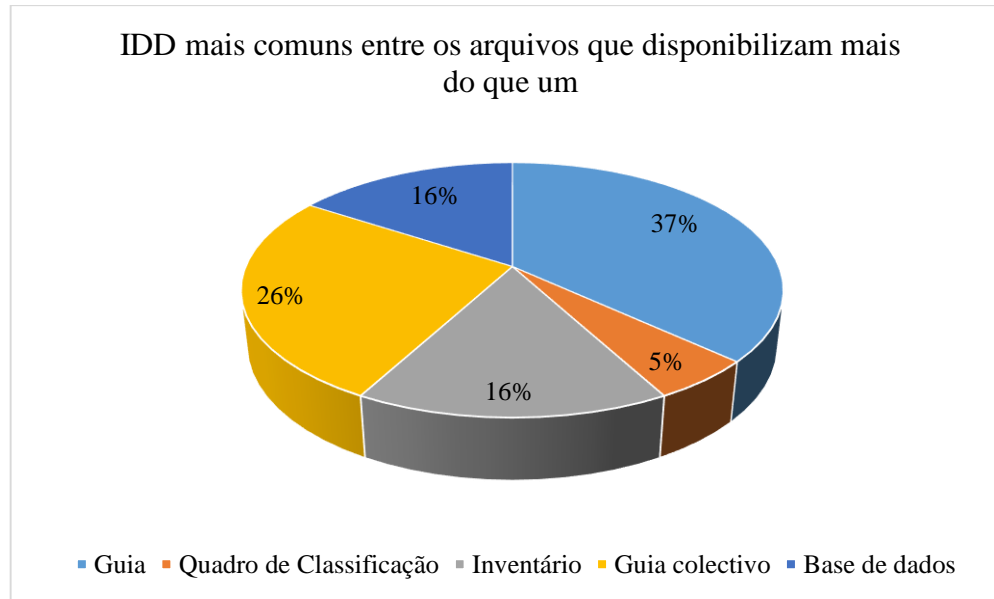


Gráfico 2- Instrumentos de descrição mais comuns entre os arquivos que disponibilizam mais do que um

Neste momento da análise importa verificar quais dos 30 arquivos que estão em linha preenchem todos os requisitos identificados pelo Arquivo Distrital de Évora para considerar a existência de um arquivo municipal. Assim, para cada um dos arquivos municipais em linha, verifica-se os que dispõem de instalações, incluindo-se os que estão instalados em museus e bibliotecas (critério 1); a existência de recursos humanos qualificados é o critério 2 (pressupõe-se que existem quando o arquivo está em instalações próprias); instrumentos de descrição (critério 3) e Sistemas Electrónicos de Pesquisa de Consulta de Documentos (critério quatro).

Na verdade, em relação aos Recursos Humanos Qualificados parte-se de premissas que não foram comprovadas: a existência de referência em linha de um arquivo como indicador de recursos humanos; no caso de arquivos instalados em museus e bibliotecas a informação disponível não permite aferir se existem ou não funcionários adstritos ao serviço, nem se são qualificados para a função. Desta forma, este é o critério mais difícil de verificar sem um questionário directo a cada arquivo.

Desta forma (ver também o anexo 3), existem 30 arquivos municipais, nos 47 municípios, com instalações. São, portanto, 100% dos arquivos referidos em linha; 64% dos municípios do Alentejo identificam-nos nos seus sítios electrónicos. No que se refere aos recursos humanos qualificados, 26 arquivos parecem tê-los, com as reservas referidas atrás. No que concerne à existência de instrumentos de descrição documental, são de facto o critério mais válido, pois a sua existência

pressupõe recursos humanos que os produziram. No entanto, também esta assumpção tem problemas: desconhece-se se cada arquivo tem recursos humanos em número e qualidade; desconhece-se se os autores dos instrumentos de descrição foram arquivistas qualificados e se ainda estão ao serviço. Mesmo assim, são 23 arquivos, portanto 77% daqueles com página em linha.

Finalmente, em relação à existência de sistemas electrónicos de pesquisa e consulta de documentos, ou bases de dados, apenas 7 arquivos as possuem, como já se verificara anteriormente. Estes sistemas exigem investimentos a montante, quer financeiros quer de disponibilização de recursos humanos para a produção de descrições e para a manutenção do sistema informático, com os quais poucos municípios no Alentejo se comprometeram – apenas 15% do total dos municípios alentejanos.

Quando olhamos para os resultados de acordo a área geográfica, novamente é o Alentejo Litoral aquele em que todos os arquivos conseguem preencher pelo menos três critérios (75%), e em que um preenche os quatro (25%). No distrito de Beja, dez arquivos preenchem os dois primeiros critérios (71% dos catorze municípios), nove três critérios (64%) e três arquivos todos os critérios (21,4%). No que respeita ao distrito de Évora, 64% respeitam o primeiro critério; os dois primeiros são preenchidos por sete arquivos (50%), os três primeiros critérios são preenchidos por oito arquivos, o que representa 57%). Tal como no distrito de Beja, três arquivos respeitam todos os critérios (21,4%).

A área geográfica com menos arquivos municipais é o distrito de Portalegre: sete arquivos cumprem o primeiro critério (47% dos quinze municípios); cinco preenchem os dois primeiros (33% dos quinze municípios); três preenchem os três primeiros critérios (20% dos quinze municípios); nenhum apresenta sistemas electrónicos de pesquisa e consulta de documentos. Apenas no distrito de Portalegre nenhum arquivo disponibiliza bases de dados em linha.

A inclusão dos arquivos nas bibliotecas municipais permite de facto a sua acessibilidade, mas apenas de uma parte do sistema de informação, aquela considerada definitiva. Não assegura, portanto, uma gestão integrada, nem a autonomia de um serviço dotado de instalações, recursos humanos e recursos materiais, assim como de uma maior capacidade de participar nas decisões sobre as políticas de gestão de informação. Como escreveu Carol Couture (1999:12-13), os recursos humanos devem ser agrupados numa unidade administrativa, nomeadamente um serviço de arquivo, com a autonomia suficiente e a proximidade orgânica dos serviços em que se encontra a «consciência ou memória jurídica de uma instituição» (pp.12-13).

Isto apesar, de aparentemente, a inclusão de arquivos em bibliotecas e museus consagrar a identidade de todos estes fundos documentais e serviços como fazendo parte do mesmo universo da informação. No entanto, dado que não é tida em conta a especificidade de cada sistema de informação (arquivístico, biblioteconómico e museológico), sendo os sistemas arquivísticos subsumidos nos sistemas de bibliotecas e museus, não é possível uma gestão eficiente da informação arquivística, que mantenha as suas características de autenticidade, fidedignidade, integridade e utilização.

Quando retiramos de consideração os fundos arquivísticos geridos por bibliotecas e museus, teremos também que reagrupar os critérios anteriores. O depósito com acessibilidade dos arquivos nas bibliotecas invalida os critérios de instalações próprias e recursos humanos qualificados, assim como limita a produção de instrumentos de descrição. Assim, se no Alentejo Litoral se mantêm quatro arquivos, nos distritos de Beja e Évora o número desce para sete em vez dos oito e nove, número que se obtém com a inclusão dos fundos arquivísticos em bibliotecas e museus. No distrito de Portalegre, o número de sete desce para apenas

cinco com instalações próprias.

Conclusões

Foram identificados, nos 47 sítios electrónicos dos municípios alentejanos, a referência a 30 arquivos municipais. Esta referência, contudo, mostra diferentes realidades. Se considerarmos os quatro critérios enumerados pelo Arquivo Distrital de Évora para designar um serviço como arquivo municipal (instalações, recursos humanos qualificados, instrumentos de descrição documental e sistemas electrónicos de pesquisa e consulta de documentos) apenas sete cumprem todos os requisitos (Grândola, Mértola, Moura, Vidigueira, Évora, Montemor-o-Novo e Reguengos de Monsaraz).

Foram identificados 38 instrumentos de descrição em linha de arquivos municipais do Alentejo, produzidos por 24 municípios, com uma média de 1,6 instrumentos de descrição por arquivo. O instrumento mais popular é o guia. As áreas do Alentejo Litoral (todos os arquivos) e do distrito de Évora (nove em catorze, 64% dos municípios) são aqueles mais bem representados. O distrito de Évora, com 20 instrumentos de descrição disponíveis, é aquele onde é mais fácil ao utilizador conhecer a informação arquivística definitiva, seguido pelo Alentejo Litoral, com seis instrumentos disponíveis. No distrito de Portalegre, em que apenas 3 dos 15 municípios disponibilizam instrumentos de descrição (20%), apenas foram identificados quatro instrumentos. O distrito de Beja conta com oito instrumentos em oito municípios, o que representa 57% dos municípios.

A existência de redes de arquivo, no caso de Évora, favoreceu a publicação de instrumentos de descrição. Noutros casos, nomeadamente o de Portalegre, é no arquivo distrital que é possível encontrar fundos arquivísticos municipais, embora definitivos, dado que na maioria dos municípios não existe serviço de arquivo identificado como tal.

De forma a melhorar se não a acessibilidade física, mas pelo menos a intelectual, os municípios ainda sem menção ao seu arquivo no sítio autárquico poderiam publicar os resultados do Recenseamento de 1995-2000, como fez o Arquivo Distrital de Évora no âmbito da Rede de Arquivos do Alentejo, Distrito de Évora. Já no distrito de Beja urge a publicação de um guia colectivo, já que não existem sequer os dados do Recenseamento, não publicado para aquele distrito. Desta forma, o Recenseamento dos Arquivos Locais publicado entre 1995 e 2000 mantém-se como instrumento essencial para o conhecimento dos arquivos municipais do Alentejo. Note-se, contudo, que estes instrumentos dizem respeito à informação definitiva, entretanto separada do seu produtor.

Urge, portanto, tal como poderíamos dizer decerto para outras zonas do país, a definição e a implementação de uma política que permita aos municípios reconhecer a existência de serviços de arquivo e garantir a sua abertura ao público. Isto significa dispor de um local físico, recursos humanos e recursos materiais para a identificação, conservação, descrição e divulgação da informação arquivística, sem limite de idade de produção ou de suporte. Em suma, aos arquivos municipais do Alentejo falta um programa semelhante ao que dotou os seus municípios de bibliotecas públicas municipais.

Referências bibliográficas

- ALVES, Ivone (et alli) (1993) - Dicionário de Terminologia Arquivística. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. ISBN 978-972 565-146-9.
- ANDRADE, A. A. Banha de (1975) - Arquivos Municipais. In *Papel das Áreas Regionais na formação histórica de Portugal: actas do colóquio*. Lisboa: Academia Portuguesa de História. P.143-184.
- ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO (1995-2000) - Recenseamento dos Arquivos Locais: Câmaras Municipais e Misericórdias. Coord. geral José Mariz. Lisboa: Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. 16 vols.
- ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO (1996) - Recenseamento dos Arquivos Locais: Câmaras Municipais e Misericórdias. Lisboa: Ministério da Cultura; Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. Vol. 4 – Distrito de Portalegre. ISBN 972-8107-21-8.
- ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO (2000) - Recenseamento dos Arquivos Locais: Câmaras Municipais e Misericórdias. Lisboa: Ministério da Cultura; Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. Vol. 11 – Distrito de Setúbal. ISBN 972-8107-53-6.
- ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO (2000) - Recenseamento dos Arquivos Locais: Câmaras Municipais e Misericórdias. Lisboa: Ministério da Cultura; Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. Vol. 12 – Distrito de Évora. ISBN 972-8107-55-2.
- BAPTISTA, Isabel (1985) - [documento policopiado]. Arquivo Histórico: Catálogo. Sines: Câmara Municipal de Sines.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS [2001]-Relatório do Sub-Comité sobre os Instrumentos de Descrição. Orientações para a Preparação de Apresentação de Instrumentos de Descrição. Tradução de Joana Braga Sousa e Lucília Runa. Revisão de Alexandre Tojal. S.l: s.n. [Consultado em 2022-05-22]. Disponível em < https://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2013/11/preparacao_apresentacao_idd.pdf >.
- COUTURE, Carol, coord (1999). Les Fonctions de l'archivistique contemporaine. Québec: Presses Universitaires du Québec. ISBN 2-7605-0941-9.
- MARIZ, José (1982) - Arquivo Histórico: catálogo. Serpa: Câmara Municipal de Serpa.
- MARIZ, José (1992) - Arquivos Municipais: proposta de um quadro de classificação. In Segundo Encontro Nacional de Arquivos Municipais, Montemor-o-Novo, 1988: actas. Lisboa: Associação de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. D.L. 58875/92. P. 143-154.
- PATRÍCIO, Sandra (2011) - O Que o Estado Português Quis Conservar: a avaliação e a aquisição de documentos de arquivo em Portugal nos séculos XIX e XX. Évora: Universidade de Évora. 301 p. Tese de doutoramento.
- PATRÍCIO, Sandra (2021) - Sistemas de Informação Locais: Sines 1655-1855. Lisboa: Edições Colibri. ISBN 978-989-689-888-5.
- PORTUGAL. DIRECÇÃO GERAL DE ARQUIVOS (2007) -Orientações Para a Descrição Arquivística. (2ª versão). Lisboa: Direcção Geral de Arquivos [Consultado em 2011-10-31]. Disponível em < http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2008/09/oda1_2_3.pdf>. ISBN 978-972-8107-91-8.
- REDE DE ARQUIVOS DO ALENTEJO. DISTRITO DE ÉVORA (2018) - Guia dos Arquivos do Distrito de Évora: Concelhos de Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Redondo e Reguengos de Monsaraz. Versão 0.1. Coordenação de Jorge Janeiro. Évora: Rede de Arquivos do Alentejo. Distrito de Évora. [Consultado em 2022-05-22].Disponível em < <https://adevr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/4/2016/05/GUIA-DOS-ARQUIVOS-DO-DISTRITO-DE-%C3%89VORA-vers%C3%A3o-0.1.pdf> >.
- RIBEIRO, Fernanda (2003). O Acesso à Informação nos Arquivos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2 Volumes. ISBN 972-31-1017-2.

ROCHA, Sucinda (2018) -Arquivo Municipal de Alcácer do Sal: Os novos desafios na recuperação da memória histórica de Alcácer do Sal” [online]. Santiago do Cacém: Arquivo Municipal. [Consult. 14fev.2022]. Disponível em <https://www.cm-santiagocacem.pt/wp-content/uploads/09-CMAIc%C3%A1cer-do-Sal_-Os-novos-desafios.pdf>.

SILVA, Armando Malheiro da; Ribeiro, Fernanda; Ramos, Júlio; Real, Manuel Luís (1999). Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Edições Afrontamento. ISBN 972-36-0483-3.

Anexo 1

Arquivos da administração local no Arquivo Distrital de Portalegre

Concelho actual	Fundo	Âmbito cronológico	Dimensão e suporte	Data da incorporação	Incorporação	Unidades relacionadas	Arquivo Municipal em funcionamento
Alter do Chão	Administração do Concelho ¹	1908-1911	6 liv.	2011	Conservatória do Registo Civil de Alter do Chão	Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Alter do Chão	Notícia de 2021 de abertura em breve
Arronches	Câmara Municipal ²	1724-1819	70 liv.	n.d.	Desconhecida	Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Arronches	Não
	Administração do Concelho ³	1824-1911	7 liv.	2011;2013	Conservatória do Registo Civil de Arronches e Conservatória do Registo Civil de Portalegre.		
Avis	Câmara Municipal ⁴	1655-1829	33 liv.	n.d.	Desconhecida	Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Avis	Não
	Administração do concelho ⁵	1835-1911	33 liv.	2011;2013	Conservatória do Registo Civil de Avis e da Conservatória do Registo Civil de Portalegre	Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Avis	
Castelo de Vide	Câmara Municipal ⁶	1764-1818	33 liv.	n.d.	Desconhecida	Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Castelo de Vide	Aquisição de lote de terreno para arquivo em 2020 ⁷
	Administração do Concelho	1857-1857	1 liv.	n.d.			

¹ <https://digitalq.adptg.arquivos.pt/details?id=1029934>

² <https://digitalq.adptg.arquivos.pt/details?id=981234>

³ <https://digitalq.adptg.arquivos.pt/details?id=980734>

⁴ <https://digitalq.adptg.arquivos.pt/details?id=981455>

⁵ <https://digitalq.adptg.arquivos.pt/details?id=980742>

⁶ <https://digitalq.adptg.arquivos.pt/details?id=981494>

⁷ <https://www.cm-castelo-vide.pt/1600/camara-municipal-de-castelo-de-vide-ja-adquiriu-o-lote-no-bairro-de-santo-antonio-para-futuro-arquivo-municipal>

Campo Maior	Administração do Concelho ⁸	1837-1911	10 u.i.	2012	Conservatória do Registo Civil de Campo Maior	Arquivo Histórico da Câmara de Campo Maior	Arquivo Histórico de Campo Maior, na Biblioteca Municipal
Crato	Câmara Municipal ⁹	1799-1840	1 liv.	n.d.	Desconhecida	Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Crato	Não
	Administração do Concelho ¹⁰	1845-1911	15 u.i.	2012;2013	Conservatória do Registo Civil de Crato e da Conservatória do Registo Civil de Portalegre		
Elvas	Administração do Concelho ¹¹	1831-1935	65 u.i.	2011;2013	Conservatória do Registo Civil de Elvas e da Conservatória do Registo Civil de Portalegre.	Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Elvas	Arquivo Municipal de Elvas
Fronteira	Câmara Municipal ¹²	1855-1906	2 liv.	n.d.	Desconhecida	Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Fronteira	Não
	Administração do Concelho	1899-1910	4 liv.	2011;2013	Conservatória do Registo Civil de Fronteira e da Conservatória do Registo Civil de Portalegre.		
Gavião	Administração do Concelho ¹³	1604-1863	13 liv.	2012;2013	Conservatória do Registo Civil de Gavião e da Conservatória do Registo Civil de Portalegre	Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Gavião	Não
Marvão	Administração do Concelho ¹⁴	1878-1910	4 liv.	2013	Conservatória do Registo Civil de Portalegre	Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Marvão	Arquivo Municipal de Marvão
	Câmara Municipal ¹⁵	1709-1836	98 liv.	n.d.	Desconhecida		

⁸ <https://digitarq.adptg.arquivos.pt/details?id=980736>

⁹ <https://digitarq.adptg.arquivos.pt/details?id=981489>

¹⁰ <https://digitarq.adptg.arquivos.pt/details?id=980737>

¹¹ <https://digitarq.adptg.arquivos.pt/details?id=980739>

¹² <https://digitarq.adptg.arquivos.pt/details?id=981531>

¹³ <https://digitarq.adptg.arquivos.pt/details?id=1031056>

¹⁴ <https://digitarq.adptg.arquivos.pt/details?id=1045260>

¹⁵ <https://digitarq.adptg.arquivos.pt/details?id=981563>

O que posso encontrar nos arquivos municipais do Alentejo? Os instrumentos de descrição documental da região Alentejo

Monforte	Câmara Municipal ¹⁶	1604-1863	7 liv.	n.d.	Desconhecida	Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Monforte	Serviço de História e Arquivo
	Administração do Concelho ¹⁷	1878-1911	8 liv.	2011	Conservatória do Registo Civil de Monforte		
Nisa	Câmara Municipal ¹⁸	1712-1856	109 u.i.	n.d.	Desconhecida	Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Nisa	Arquivo Histórico de Nisa, na Biblioteca Municipal
	Administração do Concelho ¹⁹	1881-1911	7 liv.	2011,2013	Conservatória do Registo Civil de Nisa e da Conservatória do Registo Civil de Portalegre		
Ponte de Sor	Administração do Concelho ²⁰	1882-1911	8 liv.	2012	Conservatória do Registo Civil de Ponte de Sor	Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Ponte de Sor	Arquivo Histórico de Ponte de Sor
Portalegre	Câmara Municipal ²¹	1677-1851	314 u.i.	1937	Câmara Municipal de Portalegre	Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Portalegre	Não
	Administração do Concelho ²²	1824-1956	1137 u.i.	1995;2012	Polícia da Segurança Pública de Portalegre e Conservatória do Registo Civil de Portalegre	Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Portalegre	Não
Sousel	Administração do Concelho ²³	1901-1911	5 liv.	2011	Conservatória do Registo Civil de Sousel	Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Sousel	Arquivo Municipal

¹⁶ <https://digitarq.adptg.arquivos.pt/details?id=981539>

¹⁷ <https://digitarq.adptg.arquivos.pt/details?id=1030013>

¹⁸ <https://digitarq.adptg.arquivos.pt/details?id=981734>

¹⁹ <https://digitarq.adptg.arquivos.pt/details?id=1028093>.

²⁰ <https://digitarq.adptg.arquivos.pt/details?id=1030999>

²¹ <https://digitarq.adptg.arquivos.pt/details?id=981861>

²² <https://digitarq.adptg.arquivos.pt/details?id=980742>

²³ <https://digitarq.adptg.arquivos.pt/details?id=1028704>

Anexo 2
Arquivos da administração local no Arquivo Distrital de Beja

Concelho actual	Fundo	Âmbito cronológico	Dimensão e suporte	Data da incorporação	Proveniência	Unidades de descrição relacionadas	Arquivo Municipal em funcionamento
Odemira	Câmara Municipal de Vila Nova de Milfontes ²⁴	1812-1818	3 liv.	1988	Direcção das Finanças de Beja e/ou Tesouraria da Fazenda Pública de Beja	N.d.	Sim
Odemira	Administração do Concelho de Odemira ²⁵	1861/1861	2 liv.	n.d.	n.d.	N.d.	Sim
Ourique	Administração do Concelho de Ourique ²⁶	1863/1915	3 liv.	2001	Tribunal Judicial de Ourique	Câmara Municipal de Ourique	Não
Beja	Câmara Municipal de Beringel ²⁷	1738/1819	3 liv.	1988	Direcção das Finanças de Beja e/ou Tesouraria da Fazenda Pública de Beja	Arquivo Municipal de Beja	Sim
Castro Verde	Câmara Municipal de Castro Verde ²⁸	1863/1891	2 liv.	2001	Tribunal Judicial de Ourique	Arquivo Municipal de Castro Verde	Sim
Cuba	Câmara Municipal de Faro do Alentejo ²⁹	1766/1795	3 liv.	2001	Conservatória do Registo Civil e Predial de Alvito	Câmara Municipal de Cuba	Não
Ourique	Câmara Municipal de Garvão ³⁰	1821-1832	3 liv.	2001;2004	Tribunal Judicial de Ourique	Câmara Municipal de Ourique	Não
Ourique	Câmara Municipal de Ourique ³¹	1647-1921	74 liv.	2001	Tribunal Judicial de Ourique	N.d.	Não

²⁴ <https://digitarq.adbja.arquivos.pt/details?id=1025559>

²⁵ <https://digitarq.adbja.arquivos.pt/details?id=1025664>

²⁶ <https://digitarq.adbja.arquivos.pt/details?id=1025665>

²⁷ <https://digitarq.adbja.arquivos.pt/details?id=1025668>

²⁸ <https://digitarq.adbja.arquivos.pt/details?id=1025669>

²⁹ <https://digitarq.adbja.arquivos.pt/details?id=1025670>

³⁰ <https://digitarq.adbja.arquivos.pt/details?id=1025671>

³¹ <https://digitarq.adbja.arquivos.pt/details?id=1025672>

O que posso encontrar nos arquivos municipais do Alentejo? Os instrumentos de descrição documental da região Alentejo

Serpa	Câmara Municipal de Serpa ³²	1815-1817	2 liv.	1988	Direcção das Finanças de Beja e/ou Tesouraria da Fazenda Pública de Beja	Câmara Municipal de Serpa	Sim
Beja	Câmara Municipal de Beja ³³	1506-1930	566 liv.	1996	Depósito	N.d.	Sim
Santiago do Cacém	Administração do Concelho de Alvalade ³⁴	1854-1854	1 liv.	1998	Governo Civil de Beja	N.d.	Sim

³² <https://digitarq.adbja.arquivos.pt/details?id=1025673>

³³ <https://digitarq.adbja.arquivos.pt/details?id=1084073>

³⁴ <https://digitarq.adbja.arquivos.pt/details?id=1025663>

Anexo 3- Arquivos municipais em funcionamento de acordo com os critérios do Arquivo Distrital de Évora

Concelho	Distrito	1-Instalações	2-Recursos Humanos Qualificados	3-Instrumentos de Descrição	4-Sistemas electrónicos de pesquisa e consulta de documentos	Observações
Alcácer do Sal	Setúbal	1	1	1	0	
Grândola	Setúbal	1	1	1	1	
Santiago do Cacém	Setúbal	1	1	1	0	
Sines	Setúbal	1	1	1	0	
Aljustrel	Beja	1	1	1	0	Instalado no Museu
Almodôvar	Beja	0	0	0	0	
Alvito	Beja	1	1	1	0	
Barrancos	Beja	0	0	0	0	
Beja	Beja	1	1	0	0	
Castro Verde	Beja	1	1	0	0	
Cuba	Beja	0	0	0	0	
Ferreira do Alentejo	Beja	1	1	1	0	
Mértola	Beja	1	1	1	1	
Moura	Beja	1	1	1	1	
Odemira	Beja	1	1	1	0	
Ourique	Beja	0	0	0	0	
Serpa	Beja	1	1	1	0	
Vidigueira	Beja	1	1	1	1	
Alandroal	Évora	0	0	0	0	
Arraiolos	Évora	1	?	1	0	Instalado na Biblioteca
Borba	Évora	0	0	0	0	

O que posso encontrar nos arquivos municipais do Alentejo? Os instrumentos de descrição documental da região Alentejo

Estremoz	Évora	1	1	1	0	
Évora	Évora	1	1	1	1	
Montemor-o-Novo	Évora	1	1	1	1	
Mora	Évora	0	0	0	0	
Mourão	Évora	1	1	1	0	
Portel	Évora	0	0	0	0	
Redondo	Évora	1	1	1	0	
Reguengos de Monsaraz	Évora	1	1	1	1	
Vendas Novas	Évora	0	0	0	0	
Viana do Alentejo	Évora	1	?	0	0	Instalado na Biblioteca
Vila Viçosa	Évora	1	1	1	0	
Alter do Chão	Portalegre	0	0	0	0	
Arronches	Portalegre	0	0	0	0	
Avis	Portalegre	0	0	0	0	
Campo Maior	Portalegre	1	?	0	0	Instalado na Biblioteca
Castelo de Vide	Portalegre	0	0	0	0	
Crato	Portalegre	0	0	0	0	
Elvas	Portalegre	1	1	1	0	
Fronteira	Portalegre	0	0	0	0	
Gavião	Portalegre	0	0	0	0	
Marvão	Portalegre	1	1	1	0	

Monforte	Portalegre	1	1	0	0	Instrumentos de descrição não estão em linha
Nisa	Portalegre	1	?	1	0	Instalado na Biblioteca
Ponte de Sor	Portalegre	1	1	0	0	
Portalegre	Portalegre	0	0	0	0	
Sousel	Portalegre	1	1	0	0	
Total		30	26	23	7	

ⁱ História do Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo disponível em < <https://www.cm-montemorново.pt/locais/arquivo-municipal/> >, consultada em 2022-08-08.

ⁱⁱ Descrição do fundo do Arquivo Histórico Municipal de Évora no Arquivo Distrital de Évora, disponível em < <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=984234> >, consultada em 2022-08-08.

ⁱⁱⁱ Veja-se a descrição bibliográfica da obra no catálogo da Biblioteca Nacional, em < <https://catalogo.bnportugal.gov.pt/ipac20/ipac.jsp?session=166F30FW64456.19810&menu=search&aspect=subtab11&npp=20&ipp=20&spp=20&profile=bn&ri=&term=recenseamento+dos+arquivos+locais&index=GW&x=10&y=11&aspect=subtab11> >. Consultado em 2022-08-12.

^{iv} Descrição dos arquivos municipais do distrito de Évora no sítio do Arquivo Distrital de Évora, acessível em <https://adevr.dglab.gov.pt/arquivos-2/arquivos-municipais/>, consultado em 2022-08-08.

^v Separador de Viana do Alentejo no sítio do Arquivo Distrital de Évora em < <https://adevr.dglab.gov.pt/arquivos-2/arquivos-municipais/arquivo-municipal-de-viana-do-alentejo/> >, consultado em 2022-08-08.

^{vi} Separador de Portel no sítio do Arquivo Distrital de Évora em < <https://adevr.dglab.gov.pt/arquivos-2/arquivos-municipais/arquivo-municipal-de-portel/> >, consultado em 2022-08-08.

^{vii} Disponível em < <https://adevr.dglab.gov.pt/fundos-e-colecoes/administracao-local/> >, consultado em 2022-08-08.

^{viii} Descrição do fundo disponível em <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=984234>, consultado em 2022-08-08.

^{ix} Idem, ibidem.

^x Considera-se função arquivística, de acordo com Carol Couture et alli (1999:6-10) a actividade, numa organização, a gestão da informação produzida pela organização no decurso das suas actividades, com funções de suporte operacional, de prova e de memória. Assim, entre as funções de um arquivo contemporâneo identificam-se a produção de informação, avaliação, aquisição, classificação, descrição e indexação, difusão e preservação.

^{xi} Descrição do fundo disponível em < <https://digitarq.adbja.arquivos.pt/details?id=1025663> >. Consultado em 2022-08-10.

^{xii} Descrição do fundo disponível em < <https://digitarq.adbja.arquivos.pt/details?id=1084073> >. Consultado em 2022-08-10.

^{xiii} Descrição do fundo disponível em < <https://digitarq.adstb.arquivos.pt/details?id=1195809> >. Consultado em 2022-08-10.

^{xiv} Apresentado no dia 2 de Junho de 2022, em Estremoz, pelos directores dos arquivos distritais da NUT Alentejo, no Encontro de Redes de Arquivo. Informação disponível em < <https://adevr.dglab.gov.pt/2022/03/23/encontro-de-redes-de-arquivo-estremoz-02-de-junho-de-2022/> >, consultado em 2022-05-22.